Artífices condutores de máquinas:			
Sargento-ajudante	1		
Primeiro-sargento	1		
Segundos-sargentos	2	4	
Fogueiros motoristas:			
Primeiro-sargento	1		
Segundos-sargentos	3		
Cabos	6		
Marinheiros	(f) 13		
Primeiros-grumetes	(f) 10	33	
Radiotelegrafistas:			
Segundo-sargento	1		
Cabo	1		
Marinheiro	(g) 1		
Primeiro-grumete	(g) 1	4	
Radaristas:			
Primeiro-sargento	1		
Cabo	1		
Marinheiros	2		
Primeiros-grumetes	3	7	
Electricistas:			
Primeiro-sargento	1		
Cabo	1		
Marinheiros	3		
Primeiros-grumetes	4	9	
Torpedeiros-detectores:			
Segundo-sargento	1		
Cabo	1		
Marinheiros	2		
Primeiros-grumetes	3	7	
Carpinteiros:			
Cabo	1		
Manobra:			
Primeiro-sargento	1		
Segundo-sargento	(f) 1		
Cabos	(f) 2		
Marinheiros	(f) 9		
Primeiros-grumetes	14	27	
Sinaleiros:			
Segundo-sargento	1		
Cabo	(h) 1		
Marinheiros	(h) 2		
Primeiros-grumetes	3	7	
Enfermeiros:			
Primeiro-sargento	1		
Abastecimento:			
Primeiro-sargento	1		
Cabo	1		
Marinheiros	3		
Primeiros-grumetes	3	8	
Fuzileiros:			
Marinheiro	(i) 1		
Dispenseiros:			
Primeiro-dispenseiro	1		
Segundo-dispenseiro	1	2	

Cozinheiros:			
Primeiro-cozinheiro	1		
Segundos-cozinheiros	2	3	
Criados:			
Primeiros-criados	2		
Segundos-criados	2	4	
Padeiros:			
Padeiro	1		
			140

(a) Pode ser capitão-tenente. De preferência EH.
 (b) Um deve ser ET.
 (c) Dois podem ser RN.
 (d) O cabo e outra praça devem ter instrução de dactilografia.
 (e) Devem ser apontadores (ou ter a instrução de pontaria com alças de anel).

(f) O sargento, um cabo e um marinheiro da classe de manobra, bem como um marinheiro e um primeiro-grumete da classe dos fogueiros-motoristas, destinam-se à guarnição da lancha *Arrábida*.

(g) Nos períodos de funcionamento efectivo dos equipamentos *Raydist* ou durante a realização de operações de oceanografia militar do conjunto a lotação de pessoal da classe dos radiotelegrafistas deverá ser aumentada de dois marinheiros e um primeiro-grumete.

(h) Durante a realização de operações de oceanografia militar de conjunto a lotação de pessoal da classe dos sinaleiros deverá ser aumentada de um cabo e quatro marinheiros.

(i) Deve ter instrução do condutor de viaturas automóveis.
 (j) Quando pela natureza da missão se torne necessário proceder ao reconhecimento de fundos, deverão ser aumentados à lotação dois sargentos ou praças da classe de mergulhadores.

(k) Dois elementos da guarnição devem ter instrução de mergulhador-vigia.

Ministério da Marinha, 2 de Julho de 1966. — O Ministro da Marinha, *Fernando Quintanilha Mendonça Dias*.

6.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro da Marinha, por seu despacho de 3 de Junho do corrente ano, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto com força de lei n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, as seguintes transferências de verbas no orçamento vigente deste Ministério:

CAPITULO 3.º

Superintendência dos Serviços da Armada

Oficiais da corporação da Armada

Artigo 24.º «Remunerações certas ao pessoal em exercício»:

Do n.º 1) «Vencimentos»:

Alínea 1 «Pessoal dos quadros e além dos quadros» — 176 000\$00

Para o n.º 2) «Gratificações nos termos do Decreto-Lei n.º 30 249, de 30 de Dezembro de 1939»:

Alínea 2 «Serviço de imersão (n.º 3.º do artigo 2.º)» + 50 000\$00

Alínea 5 «Especialização em submersíveis (artigo 30.º)» + 6 000\$00

Nos termos do Decreto-Lei n.º 45 256, de 21 de Setembro de 1963:

Alínea 7 «Mergulhadores» + 120 000\$00

+ 176 000\$00

Sargentos e praças da Armada

Artigo 27.º «Remunerações certas ao pessoal em exercício»:

Do n.º 1) «Vencimentos do pessoal dos quadros e além dos quadros» — 940 000\$00

Para o n.º 3) «Gratificações nos termos do Decreto-Lei n.º 30 249, de 30 de Dezembro de 1939»:

Alínea 1 «Serviço de imersão (n.º 2.º do artigo 12.º)» + 100 000\$00

Alínea 3 «Desempenho de funções especiais (n.º 4.º e § 3.º do artigo 12.º)» + 600 000\$00

Nos termos do Decreto-Lei n.º 45 256, de 21 de Setembro de 1963:

Alínea 6 «Mergulhadores» + 240 000\$00

+ 940 000\$00

Conforme o preceituado no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 46 773, de 20 de Dezembro do ano findo, as referidas alterações orçamentais mereceram, por despacho de 8 de Junho corrente, a confirmação de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado do Orçamento.

6.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 14 de Junho de 1966. — O Chefe da Repartição, *Carlos Romero Ivo de Carvalho*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Políticos
e da Administração Interna

Portaria n.º 22 092

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, abonar ao Consulado de Portugal em Dusseldorf, fixando, com efeitos a partir de 15 de Maio findo, pela verba do n.º 3) do artigo 35.º, capítulo 4.º, do orçamento em vigor, as importâncias abaixo designadas, a fim de ocorrer ao pagamento de salários ao pessoal assalariado em serviço no Consulado:

	Marcos
Secretário	1 000,00
Dactilógrafo	750,00
	<u>1 750,00</u>

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2 de Julho de 1966. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira*.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas).

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Fazenda

Portaria n.º 22 093

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 28 326, de 27 de Dezembro de 1937, abrir um crédito especial de 450 000\$, destinado a reforçar, com as importâncias que se indicam, as seguintes verbas da ta-

bela de despesa do orçamento privativo do Hospital do Ultramar para o corrente ano:

CAPITULO UNICO

Despesas com o pessoal:

Artigo 3.º, n.º 1) «Outras despesas com o pessoal — Alimentação» 50 000\$00

Pagamento de serviços:

Artigo 8.º «Despesas de higiene, saúde e conforto»:

N.º 4) «Medicamentos, apósitos, vacinas, drogas, instrumentos cirúrgicos, utensílios de farmácia e aparelhos de laboratório, material clínico destinado aos serviços médicos especializados» 200 000\$00

N.º 5) «Consultas, exames e tratamentos especiais a fazer fora do Hospital por beneficiários da assistência quando ali internados e serviços clínicos e de hospitalização, nos termos do § 2.º do artigo 144.º e alínea a) do artigo 146.º do Decreto n.º 45 664, de 15 de Abril de 1964» 200 000\$00

450 000\$00

tomando como contrapartida o saldo do ano económico findo.

Ministério do Ultramar, 2 de Julho de 1966. — Pelo Ministro do Ultramar, *José Coelho de Almeida Cota*, Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina.

Portaria n.º 22 094

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, o seguinte:

1.º Nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 23 367, de 18 de Dezembro de 1933, reforçar com a importância de 50 000\$ a verba do capítulo 10.º, artigo 282.º, n.º 2), alínea a) «Encargos gerais — Deslocações de pessoal — ajudas de custo e subsídios inerentes às deslocações fora da província — A pagar na metrópole», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral da província de Cabo Verde para o corrente ano, tomando como contrapartida igual importância a sair das disponibilidades existentes nas seguintes verbas da referida tabela de despesa:

CAPITULO 2.º

Governo da província e representação nacional

Repartição de Gabinete do Governo

Despesas com o pessoal:

Artigo 11.º, n.º 1), alínea a) «Remunerações certas ao pessoal em exercício — Pessoal dos quadros aprovados por lei — Vencimentos» 12 300\$00

CAPITULO 4.º

Administração-geral e fiscalização

Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social

Despesas com o pessoal:

Artigo 104.º «Remunerações certas ao pessoal em exercício»:

N.º 1), alínea a) «Pessoal dos quadros aprovados por lei — Vencimentos» 30 400\$00

N.º 2) «Pessoal contratado» 7 300\$00

50 000\$00